CSP

Comissão do Sistema Prisional,
Controle Externo da Atividade Policial
e Segurança Pública

BOLETIM

INFORMATIVO

EDIÇÃO
05

SETEMBRO
e
OUTUBRO
2026

CNMP
Conselho
Nacional do
Ministério Público

CSP amplia presença institucional e consolida iniciativas estratégicas no segundo semestre de 2026



A atuação da CSP em setembro e outubro foi marcada pela aproximação com a realidade do sistema prisional, pelo intercâmbio de experiências e pelo desenvolvimento de iniciativas de alcance nacional. **No Paraná, mais uma edição do projeto CSP Presente** reuniu visitas técnicas a estabelecimentos penais, encontros com instituições do sistema de Justiça e capacitação voltada à prevenção e ao gerenciamento de crises, proporcionando o debate sobre desafios concretos da execução penal e da segurança pública.

No âmbito nacional, a seleção de **46 iniciativas para o Banco de Boas Práticas** evidenciou a diversidade de experiências desenvolvidas pelo Ministério Público brasileiro, enquanto as discussões sobre o Plano Pena Justa deram continuidade à articulação em torno de medidas voltadas ao enfrentamento dos desafios do sistema prisional.

O bimestre também registrou avanços nas tratativas de **cooperação institucional, no planejamento das ações para 2027 e na organização do Encontro Nacional da CSP**, previsto para novembro, em Brasília. Essas frentes evidenciam uma agenda que combina o conhecimento das realidades locais, a troca de experiências e a construção de instrumentos para o aprimoramento da atuação ministerial.

Encontro Nacional da CSP terá capacitação, debates e premiação de 46 boas práticas

Com a programação definida, a CSP intensificou, em setembro e outubro, os preparativos para o Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública — Edição 2026. O evento será realizado de 10 a 13 de novembro, na sede do CNMP, em Brasília, durante o Circuito CNMP 2026, e reunirá formação especializada, discussões sobre políticas penitenciárias e reconhecimento de iniciativas do Ministério Público brasileiro.



10 de novembro

- 14h – Abertura do Encontro Nacional;
- 15h – Workshop “Método APAC como Política Pública: Expansão, Governança e Cooperação Institucional”;
- 18h – Encerramento das atividades.

11 e 12 de novembro

- 8h às 12h e 14h às 18h – Curso de Entrevista Investigativa no Contexto da Resolução CNMP nº 310/2025.

13 de novembro

- 8h – Aula Magna de encerramento do Curso de Extensão “Investigação de Letalidade e Vitimização Policial e outras formas de Violência Estatal”;
- 14h – Cerimônia de Premiação do Banco de Boas Práticas da CSP;
- 17h – Encerramento do Encontro Nacional.

As inscrições podem ser realizadas pelo Sistema de Eventos do CNMP, observadas as modalidades de cada atividade.

CSP Presente aproxima instituições e leva comitiva a unidades do sistema prisional paranaense

Entre 22 e 25 de setembro, a Comissão realizou uma ampla agenda de trabalho no Paraná, reunindo visitas técnicas, reuniões com órgãos do sistema de justiça e atividades de capacitação.

Diálogo sobre o Pena Justa e a regulação de vagas



Em **22 de setembro**, a CSP participou de reunião no **Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) com representantes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)**, para discutir o Programa Pena Justa e os desafios relacionados à implementação de medidas voltadas ao enfrentamento dos problemas estruturais do sistema prisional.



No dia 23, a agenda prosseguiu no Ministério Público do Paraná (MPPR), em reunião com o **Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp/MPPR) e o DMF/CNJ**, dedicada à Central de Regulação de Vagas, iniciativa que busca aprimorar a gestão da ocupação dos estabelecimentos penais por meio da atuação coordenada entre as instituições e da utilização de informações atualizadas sobre a população prisional.

Após a apresentação de um panorama do sistema prisional paranaense**, foram debatidos aspectos relacionados à ocupação das unidades, aos fluxos de ingresso e transferência de pessoas privadas de liberdade e à integração dos sistemas de informação**.

Visita à Casa de Custódia de Piraquara



A Casa de Custódia de Piraquara integrou o roteiro de visitas técnicas da comitiva. A agenda possibilitou o contato direto com a realidade de uma das unidades do sistema prisional paranaense e com aspectos da fiscalização ministerial realizada em estabelecimentos penais.

Penitenciária de Integração Social de Piraquara

A comitiva também esteve na Penitenciária de Integração Social de Piraquara. A visita integrou o conjunto de atividades destinadas a conhecer diferentes estruturas do sistema prisional e a compartilhar experiências sobre a gestão penitenciária, a execução penal e a atuação fiscalizatória do Ministério Público.



Centro de Integração Social Feminino de Piraquara



O Centro de Integração Social Feminino de Piraquara completou o roteiro de visitas às unidades. A passagem pelo estabelecimento permitiu incluir a realidade da custódia feminina no conjunto das observações técnicas da Comissão, considerando as especificidades dessa população no acompanhamento do sistema prisional.

Visita à Central de Monitoramento Eletrônico



A visita ampliou o olhar da Comissão para os instrumentos de acompanhamento de pessoas submetidas à monitoração fora do ambiente prisional. Sua inclusão na agenda permitiu abordar uma dimensão da execução penal complementar às visitas a estabelecimentos de custódia.

Visita institucional ao Tribunal de Justiça do Paraná

Em 25 de setembro, representantes da CSP e do MPPR estiveram no Tribunal de Justiça do Paraná, em reunião com o desembargador Fábio Haick Dalla Vecchia, 2º vice-





presidente da Corte. Foram apresentadas experiências relacionadas ao sistema prisional, à ressocialização e às práticas restaurativas, com atenção à articulação entre Ministério Público, Poder Judiciário e Poder Executivo. A visita permitiu conhecer iniciativas desenvolvidas no estado e discutir práticas que podem servir de referência para o aprimoramento das políticas penitenciárias em outras unidades da Federação.

CSP Presente amplia diálogo sobre o Pena Justa e a gestão de vagas no sistema prisional



Como parte do **CSP Presente no Paraná**, a Comissão promoveu, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Paraná, nos dias 24 e 25 de setembro, o workshop **"Gerenciamento de crises e gestão de riscos no sistema prisional"**, ministrado pelo promotor de Justiça Edmundo Reis Silva Filho. A capacitação reuniu membros do Ministério Público e profissionais da segurança pública, com foco na prevenção e no gerenciamento de crises.



Na abertura, a presidente da CSP, **conselheira Ivana Lúcia Franco Cei**, destacou a importância de identificar antecipadamente riscos e vulnerabilidades no sistema prisional, fortalecendo a atuação preventiva das instituições.



Participaram, também, das atividades o membro auxiliar **Marco Antonio Santos Amorim**, os membros colaboradores **Douglas Oldegardo, Edmundo Reis Silva Filho, Gabriele Gadelha e Suelim Iasmine** e o servidor **Rogério Carneiro**.

Ivana Cei participa de debates sobre precedentes jurídicos e investigação da letalidade policial público



Em 17 de setembro, a presidente da CSP, conselheira **Ivana Cei**, participou como debatedora do painel "Precedentes em Direito Coletivo e Patrimônio Público", durante o Congresso de Precedentes Jurídicos, realizado em Bonito (MS), pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em parceria com sua Escola Superior e a Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público.

O painel contou com exposição do desembargador **Wallace Paiva Martins Junior (TJSP)**, participação do procurador-geral de Justiça **Leonardo Quintans Coutinho (MPPB)** e presidência do conselheiro **Alexandre Magno Benites de Lacerda**. O debate abordou a importância dos precedentes para a segurança jurídica e a proteção dos interesses coletivos e do patrimônio público.



Em 19 de outubro, a Conselheira e Presidente da CSP também foi apresentada como convidada do programa ***Informe MP***, do Ministério Público do Amapá (MPAP), em episódio conduzido pelo promotor de Justiça **Anderson Batista**, dedicado à investigação da letalidade policial e à Resolução CNMP nº 310/2025. A conversa abordou **a atuação direta e autônoma do Ministério Público na apuração de crimes ocorridos no contexto de intervenções de órgãos de segurança pública, com ênfase na fiscalização, na transparência e no rigor das investigações**.

CSP seleciona 46 iniciativas para integrar o Banco de Boas Práticas — Edição 2026

A CSP divulgou, em outubro, a relação atualizada das 46 iniciativas selecionadas para o Banco de Boas Práticas — Edição 2026. Foram avaliadas 82 propostas, provenientes de diferentes unidades do Ministério Público brasileiro, das quais 46 atenderam aos requisitos de admissibilidade e aos critérios de seleção do Edital nº 002/2026/CSP.



As experiências aprovadas são provenientes de oito unidades do Ministério Público e abrangem as áreas do sistema prisional, do controle externo da atividade policial e da segurança pública. O Banco reúne projetos, ações, ferramentas e metodologias com resultados demonstrados e potencial de adaptação a outras realidades institucionais.

Entre as iniciativas selecionadas estão projetos voltados à atuação integrada no sistema prisional, à fiscalização das guardas municipais, à produção de informações sobre letalidade policial, à proteção de vítimas e à utilização de ferramentas tecnológicas para apoiar a atuação ministerial.

A seleção representa uma etapa de organização e reconhecimento das experiências apresentadas. A cerimônia de premiação foi programada para 13 de novembro, durante o Encontro Nacional da CSP, na sede do CNMP, em Brasília.

CSP avança em tratativas de cooperação com GASA e LAIS/UFRN

Protocolo de Intenções com a GASA



Em 7 de outubro, representantes da CSP e da GASA reuniram-se para discutir as providências relacionadas à formalização de um Protocolo de Intenções. Durante a reunião, foram examinadas perspectivas de colaboração entre as instituições, considerando a experiência internacional da GASA na prevenção de fraudes digitais e as atribuições da CSP na área da segurança pública. A aproximação busca favorecer o intercâmbio de conhecimentos, o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas para o enfrentamento dessa modalidade de criminalidade. Participaram do encontro o membro auxiliar da CSP, **Marco Antonio Amorim**; a membra colaboradora **Suelim Braga**; a representante da GASA, **Renata Salvini**; os promotores de Justiça **Rafael Fernandes** (MPMG), e **Fabiano Castanho** (MPAP); e a servidora da CSP **Mariana Dória**.

Inovação tecnológica e sistema prisional

Também em 7 de outubro, a CSP reuniu-se com o Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LAIS/UFRN), com a participação da procuradora da República **Paula Cristine Bellotti**, do membro auxiliar **Marco Antonio Santos Amorim** e da membra colaboradora **Suelim dos Santos Braga**. O encontro teve como objetivo conhecer projetos e soluções tecnológicas desenvolvidos pelo laboratório, especialmente aqueles relacionados ao sistema prisional.

Durante a reunião, foram discutidas possibilidades de cooperação institucional para o desenvolvimento de iniciativas conjuntas nas áreas de atuação da CSP.

CSP monitora aplicação da Resolução nº 310 e levantamento das guardas municipais

Planos de implementação da Resolução CNMP nº 310/2025

Em setembro, a CSP deu continuidade ao acompanhamento dos planos de implementação da Resolução CNMP nº 310/2025, alterada pela Resolução nº 330/2026. A norma dispõe sobre a atuação do Ministério Público na investigação de mortes, tortura, violência sexual, desaparecimento forçado e outros crimes ocorridos em decorrência ou no contexto de intervenções dos órgãos de segurança pública.

O modelo previsto na Resolução nº 330/2026 contempla implantação escalonada e atualização semestral dos planos, com indicação das medidas executadas e das etapas ainda pendentes. O acompanhamento da CSP permanece em curso.

Diagnóstico Nacional das Guardas Municipais

Ao longo de outubro, a CSP acompanhou a coleta nacional de informações sobre as guardas municipais, desenvolvida em interlocução com o GNCEAP/CNPG. O levantamento, comunicado pelo Ofício-Circular nº 72/2026/CSP, utiliza questionário eletrônico individualizado e planilhas estaduais para orientar o preenchimento e o acompanhamento pelos pontos focais dos Ministérios Públicos.

A iniciativa busca reunir dados comparáveis sobre a atuação e a estrutura das guardas municipais. Durante o período, a Comissão prestou orientações operacionais sobre códigos de acesso e preenchimento; o prazo informado para conclusão da coleta é 15 de novembro de 2026. Como o levantamento ainda estava em andamento em outubro, esta edição não apresenta totais consolidados por estado.

CSP avança no planejamento estratégico e mantém diálogo sobre o Pena Justa

CSP e SGE alinham objetivos e metas para 2027

Em 30 de setembro, representantes da CSP e da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) do CNMP reuniram-se para discutir a definição dos objetivos e resultados-chave (OKRs) para 2027. A iniciativa integra o planejamento das ações da Comissão para o próximo ano.

CSP dá continuidade ao diálogo institucional sobre o Plano Pena Justa

Em 6 de outubro, a CSP deu continuidade às discussões sobre o Plano Pena Justa, iniciadas durante a agenda no Paraná, em reuniões com o Grupo Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio Operacional Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial (GNCEAP) e com representantes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do CNJ (DMF/CNJ). Os encontros abordaram o papel do Ministério Público no acompanhamento do plano, a articulação entre as instituições e os desafios de implementação das medidas previstas para o sistema prisional.

CSP discute implementação da Base de Dados Processuais do Ministério Público

Já em 28 de outubro, a equipe de servidores da CSP e os membros auxiliares **Vinícius Menandro Evangelista de Souza e Marco Antonio Santos Amorim** reuniram-se para tratar do planejamento de implementação da Base de Dados Processuais do Ministério Público (BDP/MP), instituída pela Resolução CNMP nº 318/2025. O encontro abordou a padronização e a integração de informações processuais judiciais e extrajudiciais, considerando as necessidades de dados para o acompanhamento e o aprimoramento das atividades da Comissão.

CSP

Comissão do Sistema Prisional,
Controle Externo da Atividade Policial
e Segurança Pública

CONECTE-SE À CSP

Canais de contato e ferramentas institucionais da Comissão

csp@cnmp.mp.br

(61) 3366-9194

Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília/DF – CEP: 70070-600

FERRAMENTAS E PAINÉIS DA CSP

BANCO DE BOAS PRÁTICAS DA CSP

bancodeboaspraticascsp.cnmp.mp.br/novoBanco

Escaneie o QR Code para acessar o Banco de Boas Práticas da CSP.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL EM NÚMEROS

Painel de Monitoramento da Resolução CNMP nº 279

public.tableau.com/app/profile/cnmp/viz/ControleExternodaAtividadePolicialemNmeros-Resoluo279apartirde2024/Abertura

Escaneie o QR Code para acessar o Painel de Monitoramento da Resolução CNMP nº 279.

Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – CSP

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO